

Bresser: moratória só será suspensa após o acordo com credores.

O ministro também garantiu que o País não vai pedir um *stand-by* ao FMI

O Brasil só suspenderá a moratória de sua dívida externa quando conseguir um refinanciamento dos juros relativos a 1987 e parte de 1988, e do principal da dívida com *spreads* (taxas de risco) "muito baixos". A afirmação foi feita ontem pelo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira: "Fora disso não suspenderemos a moratória". Ele garantiu também que não vai pedir empréstimo do tipo *stand-by* (de emergência) ao FMI (Fundo Monetário Internacional). "Uma revista divulgou esta informação, mas eu já disse mais de 20 vezes que não vamos fazer isso", disse.

O ministro recebeu, para um café da manhã, o deputado japonês Michi Watanabe, quando foi informado que o Brasil poderá receber parte dos US\$ 29,5 bilhões que o Japão está disposto a emprestar aos países devedores da América Latina, desde que os projetos obtenham aval de organismos como o FMI e o Banco Mundial. Mais tarde, indagado sobre essa condição dos japoneses, Bresser respondeu: "Nós estamos fazendo a nossa parte", salientando que a moratória só será suspensa se o FMI aceitar a proposta brasileira. O resto, segundo ele, é um problema entre o Japão e o FMI.

Bresser desmentiu que o governo esteja pretendendo fechar um acordo formal com o FMI como uma revista semanal revelou esta semana. O ministro reafirmou que o Brasil continuará mantendo o relacionamento com o Fundo dentro do artigo 4º da

instituição (visitas anuais de técnicos do FMI sem um acordo formal).

O ministro disse que espera que o Fundo suspenda a cobrança da parcela de US\$ 1,1 bilhão devida pelo Brasil àquela instituição, que vence no segundo semestre deste ano. Bresser observou que o FMI poderá tomar esta decisão depois de analisar e aprovar o plano econômico que está elaborando. A parcela refere-se à amortização do empréstimo-ponte de US\$ 4,5 bilhões concedido pelo FMI ao Brasil, em 1983.

Bresser informou que o Plano de Consistência Macroeconômica será divulgado dentro dos próximos 15 ou 20 dias, depois de aprovado pelo presidente José Sarney. Em seguida, ele será encaminhado ao FMI, Bird e bancos credores privados.

O porta-voz do ministro, Francisco Baker, ao relatar o encontro com Watanabe informou que Bresser demonstrou ao deputado do Partido Liberal Democrático (PLD) que o Brasil está disposto a receber o dinheiro japonês, mas que não fechará um acordo formal com o FMI. Segundo o porta-voz, o ministro explicou a Watanabe que o Brasil pretende retomar a renegociação de sua dívida externa, mantendo seu relacionamento com o Fundo Monetário dentro do artigo 4º da instituição (visitas anuais de rotina de técnicos do FMI sem o fechamento de um acordo formal).

Assessores de Bresser observaram que os contatos que Watanabe vem mantendo no

Brasil não deverão influenciar o processo de liberação de mais recursos japoneses para o Brasil. Os auxiliares lembraram que o deputado não possui, de fato, muita influência sobre as autoridades do Poder Executivo japonês, apesar de já ter ocupado os Ministérios da Indústria e Comércio e Finanças do Japão.

Os auxiliares de Bresser acrescentaram, ainda, que a liberação dos recursos japoneses também será influenciada pelas próximas eleições parlamentares do Japão, previstas para outubro. O PLD, partido do atual primeiro-ministro, Yasuhiro Nakasone, deverá ganhar as eleições, mas Nakasone poderá deixar o posto para outro companheiro de partido, representante de outra ala. O primeiro-ministro é o idealizador da proposta de liberação dos US\$ 29,5 bilhões.

Os membros da comissão especial do Senado, que investiga a dívida externa brasileira, irão aos Estados Unidos ainda este mês, para manter contatos políticos com membros da direção do FMI, Bird, e Banco Interamericano, para tentar sensibilizá-los sobre a atual situação do maior devedor do mundo. A comissão, presidida pelo senador Carlos Chiarelli, iniciou ontem, no Itamaraty e no Banco Central, uma série de contatos que pretende manter com diplomatas e técnicos brasileiros, para adquirir subsídios e informações sobre a origem da dívida externa. Os membros da comissão permanecerão quatro dias em Washington e Nova York.

Citicorp anuncia tratamento mais flexível na questão da dívida. 10 JUN 1987

O presidente do Citicorp, John S. Reed, reconheceu ontem que haverá necessidade de empréstimos adicionais para os países devedores e anunciou que participará dessa nova abordagem mais flexível da dívida do Terceiro Mundo, operação em que seu banco empregará até US\$ 1 bilhão de suas novas reservas.

"Esses países necessitam de dinheiro para ganhar tempo", disse Reed. "Mas eles

precisam usar o tempo com eficácia e inteligência para que voltem novamente aos mercados", acrescentou, sustentando que, tanto para o sistema bancário quanto para os países envolvidos, era importante que as negociações sobre a dívida se processassem, tanto quanto possível, dentro das condições do mercado livre. Segundo ele, isso permitiria às nações devedoras recobrar mais rapidamente sua capacidade de levantar empréstimos no mercado.

Enquanto isso, o presidente do Bank of America, A.W. Clausen, depois de anunciar o aumento de US\$ 1,1 bilhão nas reservas do banco para cobrir perdas com empréstimos, dizia que a elevação das provisões, feita pelos maiores bancos, afetará a dinâmica com que o problema da dívida será tratado. Com a medida tomada pelo Bank of America, para o qual o Brasil deve US\$ 2,7 bilhões, as reservas da instituição elevam-se para US\$ 3,3 bilhões.